

- 1 Amanda Forster Lopes¹
- 2 Maria José Laurentina do Nascimento Carvalho²
- 3 Nathalia Barbosa de Aquino²
- 4 Maria de Lourdes Araújo Soares³
- 5 Sonia Christina da Cunha Carvalho⁴
- 6 Flávio Bezerra Barros⁵

¹Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Saúde e Biotecnologia. Coari, AM, Brasil.

²Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Recife, PE, Brasil.

³Universidade Federal do Pará, Campos Castanhal, Programa de Pós-Graduação em Estudos Antropológicos da Amazônia. Castanhal, PA, Brasil.

⁴Universidade Adventista de São Paulo, Campus Sede, Programa de Pós-Graduação em Nutrição Vegetariana e Estilo de Vida. São Paulo, SP, Brasil.

⁵Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Belém, PA, Brasil.

Correspondência
Amanda Forster Lopes.
amanda.fiopes@yahoo.com.br

Escala brasileira de insegurança alimentar: proposta adaptada para povos e comunidades tradicionais

The Brazilian food insecurity scale: a proposal adapted for traditional people and communities

Resumo

Introdução. A literatura tem retratado a vulnerabilidade à insegurança alimentar (IA) enfrentada por povos e comunidades tradicionais (PCTs). No Brasil, a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA) é tida como o principal instrumento para avaliação da IA, mas seu enfoque centrado na renda para acesso aos alimentos não contempla os PCTs, que são grupos culturalmente diferenciados. **Objetiva.** Este artigo tem como objetivos desenvolver uma análise crítico-reflexiva sobre a aplicabilidade da EBIA e propor uma versão adaptada da EBIA reduzida para avaliação da IA em PCTs. **Métodos.** Estudo exploratório a partir de uma análise empírica e crítico-reflexiva. Foi proposta uma adaptação da EBIA reduzida para atender às singularidades dos PCTs. A versão proposta leva em conta características relativas à forma de aquisição dos alimentos por esses grupos sociais e desprende-se do enfoque teórico-metodológico da EBIA, em que há necessidade da renda para obtenção dos alimentos. **Resultados.** Foi elaborada uma adaptação da EBIA reduzida que levasse em consideração os costumes e necessidades dos PCTs. Obteve-se um instrumento conciso, de fácil aplicação e terminologias apropriadas ao público estudado. Termos que associavam a ausência de realização de refeições e/ou de aquisição de alimentos, como “comprar” e “dinheiro”, foram substituídos por outros, que fossem mais familiares aos PCTs. **Considerações finais.** Preconiza-se a elaboração de um instrumento específico para avaliação da IA de PCTs ou até mesmo a reformulação da EBIA, com o propósito de contemplar as particularidades desses grupos e trazer resultados de IA mais fidedignos, que possam subsidiar políticas públicas adequadas para atender as necessidades de saúde desse seguimento da sociedade.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional. Vulnerabilidade social. Grupos populacionais. Grupos étnicos.

Abstract

Introduction. The literature has depicted the vulnerability to food insecurity (FI) faced by traditional communities and peoples (TCPs). In Brazil, the Brazilian Food Security Scale (EBIA) is considered the main instrument to assess FI. However, its focus on income for access to food does not include TCPs, which are culturally differentiated groups. **Objective.** This paper aims to develop a critical-reflexive analysis of the applicability of EBIA and to propose an adapted version of the reduced EBIA for assessing FI in TCPs. **Methods.** This is an exploratory study based on an empirical and critical-reflexive analysis. An adaptation of the reduced EBIA was proposed to meet the peculiarities of the TCPs. The proposed version considers characteristics related to the form of food acquisition by these social groups and detaches itself from the theoretical-methodological approach of EBIA, in which income is necessary to obtain

food. **Results.** An adaptation of the reduced EBIA was developed to consider the customs and needs of the TCPs. The result was a concise instrument, easy to apply, and with terminologies suitable to the studied public. Terms associated with the absence of meals and/or food acquisition, such as "buy" and "money," were replaced by others more familiar to the TCPs. **Final considerations.** The development of a specific instrument to evaluate the FI of the TCPs or even the EBIA reformulation is recommended to contemplate the particularities of these groups and bring more reliable FI results that can subsidize appropriate public policies to meet the health needs of this segment of society.

Keywords: Food and nutrition security. Social vulnerability. Population groups. Ethnic groups.

INTRODUÇÃO

É direito de todo ser humano ter uma alimentação adequada e saudável, que deve ser garantido por meio da Segurança Alimentar e Nutricional. No Brasil, esse termo é definido pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, Art. 3º. Em síntese, sua garantia consiste em possuir acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e que tenham como base práticas alimentares promotoras da saúde, respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.¹

Seu conceito amplo permite compreender que a alimentação como direito humano tem relação com outros direitos fundamentais, como saúde, moradia, educação, trabalho, participação e informação, ao mesmo tempo que dificulta a mensuração e o monitoramento da segurança alimentar (SA) em diferentes populações.²

Ainda, aspectos sociais e culturais influenciam de forma distinta os diversos grupos sociais no que diz respeito a forma de aquisição, armazenamento e consumo de alimentos, fatores que, considerando as diferenças existentes num país de ampla extensão territorial como o Brasil, precisam ser considerados na busca por avaliar as condições de SA em múltiplos contextos.³

Tendo em vista que a alimentação saudável é uma possibilidade quando há disponibilidade e acesso à alimentos em quantidade e qualidade suficientes a todas as pessoas, há de se considerar que essa disponibilidade pode ocorrer de maneiras distintas – por exemplo, a partir da produção para o autoconsumo, compras em estabelecimentos comerciais, doações⁴ ou até mesmo trocas entre famílias.

É relevante considerar esses aspectos, uma vez que haja predominância de famílias e indivíduos que adquiram os alimentos a partir do comércio e são monetariamente dependentes, há no Brasil povos e comunidades tradicionais (PCTs) que mantêm características distintas de organização, aquisição e consumo de alimentos.

Os PCTs são grupos culturalmente diferenciados em relação à sociedade nacional dominante, possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias e mantêm suas formas específicas de organização social e de relação com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos.⁵

Comumente, se observa a relação com os alimentos advinda desde o cultivo ou extrativismo vegetal, com uso de recursos naturais e renováveis, no que diz respeito a alimentos provenientes da terra, ou criação, caça/pesca quando são alimentos de origem animal, respeitando o ecossistema local. Nesse contexto, a organização social é caracterizada por relações de parentesco e de compadrio, comumente baseada em costumes de troca e solidariedade entre as famílias e grupos locais.⁶

Tais particularidades dos PCTs tomam ainda mais desafiador o trabalho de mensurar a situação de insegurança alimentar (IA), que por si só já possui complexidades e cujos fatores distintos envolvidos destacam a natureza interdisciplinar e o caráter multidimensional desse fenômeno.² Utilizada para mensurar e diagnosticar a SA na população brasileira, a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA) tem o intuito de mensurar dimensões como o acesso a alimentos, ao considerar que a IA ocorre quando existe uma disponibilidade limitada ou incerta e/ou possibilidade de ter uma alimentação nutricionalmente adequada e segura.⁷

A EBIA busca compreender esse fenômeno principalmente através da viabilidade de aquisição dos alimentos a partir do poder de compra, visto que a maior parte das perguntas (13 do total de 14) associa a necessidade de reduzir a quantidade ou suprimir alguma das refeições, por não haver dinheiro suficiente para a aquisição desses itens.

Frente ao exposto, este trabalho foi motivado pelo seguinte questionamento: a EBIA atende à diversidade de situações alimentares quando consideramos PCTs do Brasil? O artigo tem como objetivos desenvolver uma análise crítico-reflexiva sobre a aplicabilidade da EBIA e propor uma versão adaptada da EBIA reduzida para avaliação da IA em PCTs.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo exploratório realizado a partir de uma análise empírica e crítico-reflexiva sobre instrumentos de avaliação para IA no âmbito dos PCTs. O estudo traz uma proposta da EBIA reduzida, adaptada para atender às singularidades desses povos.

Para a estruturação desse instrumento, foram levados em consideração aspectos conceituais e metodológicos da própria EBIA, bem como características relacionadas aos público-alvo. Variáveis relacionadas ao tempo e praticidade de aplicação, estrutura das perguntas e terminologias utilizadas foram apreciadas.

A versão proposta leva em conta características relativas à forma de aquisição dos alimentos pelos PCTs e desprende-se do enfoque teórico-metodológico da EBIA, segundo o qual há necessidade da renda para obtenção dos alimentos, que não é tida como prioridade para esses grupos sociais.

Análise crítico-reflexiva

O questionamento norteador deste trabalho, que diz respeito à existência de uma diversidade de situações alimentares, surgiu a partir de dados empíricos e dos estudos, debates e reflexões mobilizados no âmbito da disciplina Antropologia da Alimentação, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Desses apontamentos iniciais, optou-se então por aprofundar a busca por um embasamento teórico no intuito de compreender quais são as situações alimentares discutidas na literatura no que diz respeito aos PCTs, assim como que aspectos já foram levantados em relação à aplicabilidade da EBIA em famílias pertencentes a esses povos e comunidades.

A análise envolveu inicialmente a descrição dos aspectos considerados relevantes para embasar a adaptação da EBIA em relação às características dos PCTs e suas distintas formas de aquisição de alimentos. Em seguida, foram apresentados apontamentos que justificam a necessidade de adaptações às perguntas direcionadas aos PCTs, com o intuito de identificar a existência de IA.

Revisão da EBIA e proposição de adaptações

A partir de dados empíricos, levantamento bibliográfico e análises realizadas sobre a temática, a etapa subsequente do trabalho foi a realização de adaptações às questões da EBIA para os PCTs.

Para tanto, optou-se por utilizar a proposta de escala reduzida, sugerida por pesquisadores de Pelotas-RS,⁸ os quais verificaram que tanto a escala de 7 quanto a de 5 questões demonstraram ótima sensibilidade, especificidade e concordância em relação aos resultados da EBIA original. Assim, utilizou-se a versão de 7 questões, já adotando as recomendações supracitadas que visam obter um formato mais simples e conciso de questionário, facilitando sua aplicação em campo.

Para classificação da IA a partir do instrumento elaborado no presente estudo, pretende-se adotar o modelo conceituado por Santos et al.,⁸ baseado no escore do número de respostas positivas.

Foram realizadas a elaboração teórica da etapa inicial - denominada fase prototípica, de um trabalho de adaptação transcultural da EBIA⁹ tendo como norte o estudo das equivalências com enfoque na semântica das perguntas utilizadas no instrumento em questão - a contextualização e o aprofundamento dos aspectos sobre a população-alvo elucidados neste trabalho.

RESULTADOS

A partir da análise crítico-reflexiva de dados empíricos e literários, foi possível desenvolver uma versão da EBIA reduzida adaptada que levasse em consideração os costumes, necessidades e terminologias apropriadas aos PCTs.

Como relatado, o instrumento elaborado no âmbito deste trabalho embasou-se numa versão reduzida, de 7 perguntas, proposta por Santos et al.⁸ Optou-se por um instrumento conciso e com praticidade de aplicação, além da necessidade primordial de alterações em algumas terminologias utilizadas na EBIA, com a finalidade de adaptação à realidade dos PCTs. A versão adaptada para o público estudado é apresentada no Quadro 1.

Para a adaptação das perguntas à realidade dos PCTs, identificou-se que os termos que associavam a ausência de realização de refeições e/ou de aquisição de alimentos, como “comprar” e “dinheiro”, poderiam ser substituídos por outros, possivelmente mais familiares aos PCTs.

Cada pergunta foi cuidadosamente revisada e essas expressões foram então retiradas para a inclusão de termos como “produção”, “acesso” e “subsistência”.

No Quadro 1, pode-se verificar a conformação das perguntas originais e aquelas utilizadas na nova proposta da EBIA, com as terminologias (em negrito) mais apropriadas para os povos e comunidades estudados.

Quadro 1. Proposta de uma versão reduzida e adaptada da EBIA para avaliação da insegurança alimentar em povos e comunidades tradicionais. 2022.

Versão proposta por Santos et al. 2014 ⁸	Versão adaptada para os PCTs
1. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar, receber ou produzir mais comida?	1. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de produzir ou ter acesso a mais comida?
2. Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que o(a) Sr(a) tivesse dinheiro para comprar mais?	2. Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que o(a) Sr(a) conseguisse produzir ou ter acesso a mais comida?
3. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	3. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ficou sem acesso à uma alimentação saudável e variada? Se sim, por quais motivos?
4. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições, ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	4. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ou algum adulto em sua casa tiveram necessidade alguma vez de diminuir a quantidade de alimento nas refeições ou pulou refeições por problemas relacionados a produção ou acesso a comida?
5. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?	5. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) alguma vez comeu menos do que achou que devia por problemas relacionados a produção de subsistência ou acesso a comida?
6. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?	6. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não tinha acesso a comida suficiente?
7. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida?	7. Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) Ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez sem se alimentar por um dia ou teve apenas uma refeição ao dia porque havia acabado o alimento; e não teve como pescar, caçar ou colher os frutos nativos?

DISCUSSÃO

Povos e comunidades tradicionais: concepções de território, identidades e alimentação

Conforme constatado, a avaliação da SA no Brasil é realizada por meio da EBIA. No entanto, ao se questionar se essa ferramenta consegue contemplar as particularidades inerentes aos PCTs, pode-se identificar um acentuado enfoque na necessidade da renda para obtenção de alimentos.

Essa população dispõe de uma diversidade de práticas para obtenção de alimentos. Compõem esse repertório: a pesca artesanal, o extrativismo vegetal, a criação de animais, a caça e coleta de animais (mariscos, caranguejos, insetos, dentre outros) e a agricultura familiar. E apesar da participação dos alimentos industrializados nessas comunidades, as técnicas de acesso, produção e distribuição dos alimentos supracitados por meio do trabalho, juntamente com as práticas de troca e presentes envolvendo os produtos alimentares, têm sido as principais estratégias de existência desses povos.¹⁰

São comunidades que em sua maioria se localizam em áreas rurais, fazem uso comum da terra e têm na reciprocidade um princípio de existência cuja relação é de reprodução social, e não de mercadoria. Compreendem a noção de território para além de propriedade, processo construído a partir do reconhecimento do valor da relação sociedade-natureza para o trabalho e manutenção da cultura, em que as trajetórias de todos os sujeitos constroem esse dinamismo de territorialidade.¹¹

Nesse contexto, em oposto ao observado na sociedade dominante, realizar a comercialização dos alimentos e, conseqüentemente, o acúmulo de capital, não é a prioridade desses grupos sociais. Pelo contrário. Grande parte da produção é destinada ao uso próprio das famílias, cujo processo de obtenção, preparo e consumo de alimentos tradicionais são tidos como marcadores identitários desses povos, aspecto que, ao mesmo tempo que possibilita a riqueza culinária, é marcado por limitações estruturais que podem impactar na SA dessas comunidades.¹²

Desse modo, pode-se inferir que a renda e o poder econômico nem sempre são estritamente necessários para acesso a uma alimentação variada e saudável entre os povos tradicionais, já que esses indivíduos são responsáveis por produzir e obter parcela significativa dos alimentos necessários para sua reprodução material e social, partindo da compreensão de que a comida não nutre somente o corpo físico, mas também a alma. Esses costumes caracterizam o sistema organizacional/social e a identidade dessas pessoas.

Na maioria das situações, a produção alimentar segue um sistema de conexão com o tempo da natureza, com o manejo da terra e das águas e é centrada no respeito ao ambiente e ao princípio do bem viver. Neste caso, o alimento, como substância da vida, torna-se algo sagrado, fundamental, e deve estar ao alcance de toda a coletividade que compõe uma comunidade. Com efeito, os alimentos não são acessados com dinheiro e nem nos mercados. Eles estão nos quintais, nas roças, nas florestas, nos rios, mares e outros ambientes que conformam espaços produtivos.

Povos e comunidades tradicionais e insegurança alimentar

A literatura científica tem retratado a vulnerabilidade à IA enfrentada por PCTs. Estudos que avaliaram IA através da EBIA nessas comunidades no Brasil identificaram altas prevalências. Entre indígenas, observou-se que 95, 76 e 100% de indígenas Kaingang,¹³ Teréna¹⁴ e Guarani-Kaiowá¹⁵ participantes das pesquisas, respectivamente, viviam em situação de IA. Dois estudos com quilombolas identificaram 86,1% de IA a partir da análise de um censo nacional¹⁶ e prevalências superiores quando comparadas populações quilombolas e não quilombolas.¹⁷

Esse cenário reflete um processo histórico, marcado especialmente por fatores geográficos, socioeconômicos e ambientais, o que traz impactos significativos nas condições de vida dessa população,¹⁸ e nas últimas décadas a insegurança territorial, fundiária e os impactos negativos provocados pelos grandes projetos ditos de desenvolvimento. Desse modo, a avaliação da SA nesses grupos torna-se uma questão primordial de saúde pública.

Mediante o exposto, faz-se necessário cogitar sobre instrumentos alternativos ou adaptações metodológicas na EBIA que contemplem os elementos discutidos neste trabalho. Nessa perspectiva, podemos levantar alguns questionamentos: o que seria IA para comunidades tradicionais? Seria a renda o único método capaz de refletir o grau de IA de uma família? É apropriado utilizar a EBIA, em sua versão original, para avaliar a IA no contexto de povos e comunidades tradicionais?

EBIA e adaptações para os contextos dos povos e comunidades tradicionais

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Yuyama e seus colaboradores,¹⁹ a SA para comunidades indígenas do Amazonas esteve mais centrada nas possibilidades diárias, envolvendo questões como sazonalidade, atividades bem-sucedidas de caça e pesca. A SA foi compreendida, sobretudo, como a garantia da terra para o plantio e consequente consumo e venda dos alimentos para sobrevivência. Entre as falas dos indígenas destacam-se: “Roçado bom e grande com muita planta é segurança alimentar”; “Segurança alimentar é quando tem muita pupunha para comer e para vender”; “Não se preocupar com comida nas épocas de safra porque podem comer e vender”.

Logo, torna-se notável a diferença no conceito de IA entre diferentes situações de grupos sociais. Enquanto em áreas urbanas e rurais a dificuldade de acesso aos alimentos está muitas vezes vinculada à carência de recursos financeiros,¹⁹ entre povos e comunidades tradicionais, isso nem sempre ocorre, e a IA passa a ser compreendida com um novo olhar. Neste caso, a renda não consiste no elemento central a ser analisado, visto que esses indivíduos dispõem de métodos para consecução do alimento.

Os determinantes para a SA são o acesso à terra, ao território e aos recursos naturais, bem como a relação do ser humano com a natureza. Em muitas situações de conflitos fundiários e falta de garantia de acesso e permanência na terra, uma das questões mais apontadas pelos coletivos de PCTs é: sem nosso território, o que vamos comer? Ou seja, não é o dinheiro e o mercado as fontes primordiais de acesso aos alimentos, mas o território, cuja natureza dadivosa, por meio do trabalho familiar, gera a comida, no sentido apontado por DaMatta.²⁰

Portanto, a avaliação da SAN nessas populações precisa ser realizada com cautela. Torna-se incongruente questionar ao indivíduo, se “os membros da família ficaram um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida”, ao considerar que esse grupo apresenta um estilo de vida particular, no que tange ao acesso aos alimentos, e desempenham os membros da família funções e ações que os permitem transpor essas dificuldades, quando, em diversos casos, a ausência do dinheiro nem sequer se configure como dificuldade por estar fora da realidade sociocultural, se forem levados em conta os povos indígenas, por exemplo.

Pensar na falta de dinheiro como limitação primordial para aquisição de alimentos talvez seja um método avaliativo que se limite ao sistema capitalista. Quando existem populações que adquirem os alimentos também de outras formas, a exemplo dos PCTs, em sua diversidade cultural e de localização geográfica no Brasil, metodologias específicas devem ser desenvolvidas e aplicadas.

Por conseguinte, sugeriu-se que algumas modificações na EBIA sejam levadas em consideração, com vistas a contemplar o contexto socioeconômico e cultural analisado nas comunidades em questão. Denominações como: produção, acesso à terra, cultivo, caça, pesca e a troca de alimentos entre as famílias, foram incluídas como parte da semântica nas perguntas da escala adaptada proposta.

Assim, busca-se que elementos variados que conformam os sistemas alimentares das famílias rurais sejam contemplados e os resultados advindos seriam representativos da realidade local. Nessas circunstâncias, haveria abertura para a consideração de diferentes possibilidades para as questões colocadas, desde a falta de acesso à terra, questões climáticas, presença de pragas e doenças, contaminação dos ecossistemas e até o surgimento de pandemias, como o caso da covid-19. E não apareceria o dinheiro como resposta.

Ainda que sejam abordadas questões relevantes como as que embasaram a análise crítica da EBIA do presente trabalho, poucos estudos questionam a semântica das perguntas que são parte dessa escala e de que forma poderia haver alguma influência desses aspectos na compreensão das perguntas ou nos resultados observados.

Nesse sentido, alterações em termos linguísticos também poderiam ser realizadas para aumentar a interpretabilidade do instrumento. No estudo de Yuyama et al.,¹⁹ foram propostas mudanças em alguns termos, como: alimentação saudável por comida boa, alimento suficiente por comida suficiente, troca de alimento por troca de comida. Recomendam-se também adaptações no número de perguntas do instrumento, a fim de obter um formato mais simples e conciso, facilitando assim sua aplicação em campo.^{8,19}

Adaptação da EBIA em contextos culturalmente diversos

Na intenção de refletir sobre as dimensões conceituais e metodológicas de contextos culturalmente diversos, no que diz respeito a indígenas e ao desenvolvimento e aplicação de escalas de IA, Athila & Leite²¹ realizaram uma análise sociopolítica e etnográfica, destacando a importância de compatibilizar a EBIA às formas de organização social, assim como suas plurais noções de condição de vida ideal, que perpassam também o dinamismo de seus sistemas alimentares e sazonalidades, corroborando os aspectos aqui levantados.

As diferenças culturais entre famílias brasileiras e a mensuração da IA são aspectos relevantes de serem considerados, uma vez que estudos que investigaram a IA em regiões distintas no Brasil destacam a relação entre o agravamento dessa condição e disparidades sociais.^{17,22,23}

Sobre essa temática, recente revisão da literatura concluiu que, embora seja possível discutir as causalidades de possíveis determinantes da IA e que a EBIA seja um instrumento consistente para mensuração de vulnerabilidades sociais, é necessário realizar um aprimoramento das análises para compreender os efeitos de cada situação social sobre as condições de SA das famílias brasileiras.²⁴

Assumindo o pressuposto de que há particularidades desses aspectos das disparidades sociais, consequência dos diferentes modos de vida já expostos neste trabalho, no que diz respeito aos PCTs esses aprimoramentos devem ser ainda mais cuidadosos, desde a forma de coleta de informações até a análise e compreensão dessas dimensões no contexto dos modos de vida e das disparidades sociais vivenciadas. Mais especificamente, as pesquisas que dialogam com essas singularidades socioculturais e ambientais e a adequação do instrumento de coleta ainda são escassas.²¹

Nesse sentido, Reichenheim & Bastos⁹ expõem a perspectiva de uma forma de aferição que considera aspectos quantitativos e também a possibilidade de uma avaliação comparativa entre populações distintas, reconhecendo e considerando, nesse contexto, as diferenças socioculturais, possibilitando a aplicação de um instrumento considerado “universal”, mas apropriado para cada situação. Este é o caso dos PCTs e as adaptações aqui propostas, de forma que as populações com diferenças relevantes do ponto de vista sociocultural possam ser comparadas partindo-se do mesmo problema de interesse, no caso, a IA.

Escala adaptada para povos e comunidades tradicionais: perspectivas futuras para etapa de validação

Destaca-se que a proposição da escala adaptada para os PCTs compreende a etapa inicial deste trabalho. A partir das discussões realizadas entre o grupo de pesquisadores, do levantamento da literatura sobre o tema e das perguntas adaptadas aos PCTs, será realizada a etapa subsequente desta análise, a qual foi postergada devido às medidas de biossegurança necessárias, tais como distanciamento social, frente à pandemia da COVID-19.

O seguimento deste trabalho compreende a revisão desse material junto a um painel de especialistas nas áreas de IA, antropologia da alimentação e PCTs, seguida então da etapa de validação⁹ desse novo instrumento com aplicação em

diferentes regiões do país, a princípio nos estados do Amazonas, Pará e Pernambuco. O objetivo é compreender, na prática, os efeitos dessas novas perguntas e sua aplicabilidade frente aos fins que se propõem, considerando a necessidade de estudos sobre SAN em populações específicas, como PCTs.²⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a EBIA é um início. Compõe uma ferramenta importante na evolução dos estudos sobre SA. No entanto, destaca-se a necessidade de ampliar o olhar para uma análise de SA, sobretudo em se tratando de um país com a diversidade cultural e territorial como o Brasil.

Nessa perspectiva, é preciso que a EBIA seja contextualizada para os PCTs, uma vez que esses grupos abrigam uma diversidade cultural imensa e desenvolvem seus sistemas agroalimentares de muitas maneiras, não sendo pré-requisito, em muitos casos, a presença do dinheiro para acessar o alimento.

Desse modo, preconiza-se a elaboração de um instrumento específico para avaliação da SA de povos e comunidades tradicionais ou até mesmo a reformulação da EBIA, com o propósito de contemplar as particularidades desses grupos e trazer resultados de IA mais fidedignos que possam subsidiar políticas públicas adequadas para atender às necessidades de saúde desse seguimento da sociedade.

Ressalta-se ainda que, frequentemente, esses povos têm suas terras invadidas, saqueadas e poluídas, seja por parte dos representantes do agronegócio ou por empresas privadas multinacionais e outros atores indesejados. É nesse sentido que há de se questionar por que tópicos relativos ao acesso à terra ainda não compõem os métodos avaliativos de segurança alimentar e nutricional, haja vista que não existe SA sem soberania alimentar e acesso ao território, de onde os PCTs, por meio de seus modos de vida e fazeres específicos, reproduzem suas estratégias de existência.

REFERÊNCIAS

1. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei Orgânica Segurança Alimentar e Nutricional Lei Nº 11346 15 setembro 2006. [Acesso em 2022 mar 2]. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>.
2. Guerra LD da S, Cervato-Mancuso AM, Bezerra ACD. Food: A disputed human right - A thematic focus for comprehension and action in food and nutritional security. *Cienc e Saude Coletiva*. 2019;24(9):3369–94.
3. Bezerra TA, De Olinda RA, Pedraza DF. Food insecurity in Brazil in accordance with different socio-demographic scenarios. *Cienc e Saude Coletiva*. 2017;22(2):637–52.
4. Riely F, Mock N, Cogill B, Bailey L, Kenefick E. Food Security Indicators and Framework for Use in the Monitoring and Evaluation of Food Aid Programs, Food and Nutrition Technical Assistance (FANTA) Project. Washington, DC United States Agency Int Dev. 1999;(January):3. [Acesso em 2022 mar 2]. Disponível em: http://fpmu.gov.bd/agridrupal/sites/default/files/Food_Security_Indicators_and_Framework_for_Use_in_the_Monitoring_and_Evaluation_of_Food_Aid_Programs.pdf
5. Pizzinato A, Guimarães DS, Leite JF. Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. *Psicol ciênc prof*. 2019; 39(spe):3–8.
6. Jacob MCM, Chaves VM. Falhas do sistema alimentar brasileiro: contribuições da geografia literária para o fortalecimento da democracia alimentar. *Physis Rev Saúde Coletiva*. 2019;29(1):0–2.
7. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico. Brasília: MDS; 2014.

8. dos Santos LP, Lindemann IL, Motta JV dos S, Mintem G, Bender E, Gigante DP. Proposal of a short-form version of the Brazilian Food Insecurity Scale. *Rev Saude Publica*. 2014;48(5):783–9.
9. Reichenheim M, Bastos JL. O quê, para quê e como? Desenvolvendo instrumentos de aferição em epidemiologia. *Rev Saude Publica*. 2021; 55(40):1-18.
10. Dos Santos KMP, Garavello MEDPE, Kanikadan AYS, Navas R. Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo / Brasil. *Rev NERA*. 2015;(2014):138–55.
11. Santos LM. Comunidades remanescentes de quilombos: reflexão sobre territorialidades. *Rev Cerrados*. 2018;16(1):248–65.
12. Silva RP, Baptista SR. A comida em comunidades quilombolas: reflexões sobre saberes e mercados solidários. *Ágora*. 2016;18(1):68.
13. Soares GH, Mota JMS, Mialhe FL, Biazevic MGH, de Araújo ME, Michel-Crosato E. Household food insecurity, dental caries and oral-health-related quality of life in Brazilian indigenous adults. *Cienc e Saude Coletiva*. 2021;26(4):1489–500.
14. Fávoro T, Ribas DLB, Zorzatto JR, Segall-Corrêa AM, Panigassi G. Food security in Teréna indigenous families, Mato Grosso do Sul, Brazil. *Cad Saude Publica*. 2007;23(4):785–93.
15. Franceschini T. O Direito Humano à Alimentação Adequada e à Nutrição do povo Guarani e Kaiowá: um enfoque holístico – Resumo Executivo. 2016. 87 p.
16. de Souza Chero CC, Ferreira AA, Salles-Costa R. Social inequalities and household food insecurity in quilombola communities in Brazil. *Rev Nutr*. 2021;34:1–12.
17. da Silva EKP, de Medeiros DS, Martins PC, de Almeida Sousa L, Lima GP, Rêgo MAS, et al. Food insecurity in rural communities in Northeast Brazil: Does belonging to a slave-descendent community make a difference? *Cad Saude Publica*. 2017;33(4):1–14.
18. Afonso LF de C, Corrêa NAF, Silva HP da. Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas no Brasil : um balanço da literatura indexada. *Segur Aliment Nutr*. 2020;27(s/n):1–13.
19. Yuyama LKO, Py-Daniel V, Ishikawa NK, Medeiros JF, Kepple AW, Segall-Corrêa AM. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. *Rev Nutr*. 2008;21(SUPPL.):53–63.
20. Da Matta, R. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
21. Athila AR, Leite MS. “Measuring hunger”: Psychometric scales of food insecurity and indigenous peoples in Brazil. *Cad Saude Publica*. 2020;36(10):1–12.
22. Lopes AF, Frota MTBA, Leone C, Szarfarc SC. Nutrition profile of children in Maranhão State. *Rev Bras Epidemiol*. 2019;22:1–12.
23. Maas NM, Mendoza-Sassi RA, Meucci RD, Cesar JA. Food insecurity in rural families in the extreme South of Brazil. *Cienc e Saude Coletiva*. 2020;25(7):2605–14.
24. Lignani J de B, Palmeira P de A, Antunes MML, Salles-Costa R. Relationship between social indicators and food insecurity: A systematic review. *Rev Bras Epidemiol*. 2020;23:1–15.
25. Kepple AW, Segall-Corrêa AM. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Cien Saude Colet*. 2011;16(1):187–99

Colaboradores

Todos os autores participaram na idealização para o delineamento do estudo. Lopes AF, Carvalho MJLN, Aquino NB, Barros FB realizaram o levantamento e análise da temática, redação do artigo, revisão final e aprovação do manuscrito para submissão.

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Recebido: 24 de março de 2022

Aceito: 27 de setembro de 2022